

A DIMENSÃO SIMBÓLICA DA ARQUITETURA NEOCLÁSSICA NO RIO DE JANEIRO/BRASIL, NO SÉCULO XIX

Lourdes Madalena Gazarini Conde Feitosa¹

Hélio Gustavo da Silva Andrade²

Resumo

O intuito deste texto é o de analisar a dimensão simbólica da presença do neoclássico em obras arquitetônicas do Rio de Janeiro/Brasil na composição da nova nação brasileira. Exemplo histórico único de cidade colonial a tornar-se capital de seu império, a atenção para o neoclássico inicia-se com a chegada da família real portuguesa ao seu domínio colonial na América. Em terra escravocrata, mestiça e tropical, tornar-se um país exigia reelaborar a sua história e sua projeção no conjunto das nações. Discute-se a importância do vínculo com a Antiguidade greco-romana para a composição de uma nova terra chamada Brasil.

Palavras-chave

Neoclássico; Rio de Janeiro; Império do Brasil; nacionalidade.

¹ Professora Doutora - Universidade Sagrado Coração, Bauru, Brasil. E-mail: loufeitosa@uol.com.br.

² Mestrando no programa de Ciências da Cultura, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal. E-mail: gustavo-andrade@hotmail.com.

Abstract

The aim of this text is to analyze a symbolic dimension of the presence of the neoclassical in the architectural works in Rio de Janeiro in the composition of the new Brazilian nation. A unique historical example of a colonial city becoming the capital of its empire, the attention to neoclassical begins with the arrival of the Portuguese royal family to its colonial rule in America. In a land of slavery, mestizo and tropical, becoming a new country require reworking its history and its projection in the group of nations. It discusses the importance of the link with Greco-Roman antiquity for the composition of a new land called Brazil.

Keywords

Neoclassic; Rio de Janeiro; Empire of Brazil; nationality.

Nacionalidade brasileira e o neoclassicismo

Com o advento da independência do Brasil ocorrida em 1822, mais precisamente no dia 07 de setembro, um novo país surgia no continente americano. No período, os países que se separavam de seus colonizadores, além da emancipação, buscavam autonomia nas mais diversas questões e tentavam demonstrar, para o concerto das nações europeias, que, de algum modo, o novo Estado se aproximaria do projeto de nacionalidade baseado nos valores liberais da moderna Europa (Angelo, 2015).

Este interesse iniciara-se com a chegada da dinastia de Bragança e de sua corte na então colônia portuguesa da América, em 1808, após pressão do Bloqueio Continental declarado por Napoleão Bonaparte (Hermann, 2007). Ao se instalarem no Rio de Janeiro, cerca de aproximadamente 15 mil pessoas encontraram uma cidade que em nada lembrava Lisboa. Casas baixas, geminadas e de lotes compridos e estreitos compunham grande parte das edificações locais e os materiais utilizados para erigir os prédios eram precários se comparados aos encontrados em Portugal.

Estruturas europeias de organização política e cultural foram gradativamente implantadas como demonstração de civilidade por parte do governo local, algo que já vinha acontecendo em Portugal (Rocha-Peixoto, 2000). Após o terremoto de 1755, Lisboa havia sido praticamente reconstruída, empregando um arrojado projeto pombalino que a tornava uma importante capital europeia com traços neoclássicos, movimento cultural europeu do século XVIII e parte do século XIX que defendia a retomada da arte antiga, especialmente greco-romana, considerada modelo de equilíbrio, clareza e proporção.

Utilizada na Europa como forma de se aproximar do desenvolvimento humanístico e intelectual dos antigos gregos e romanos, dos quais se consideravam herdeiros, a arquitetura neoclássica se destacou em diversos países do continente como legitimação de autoridade e orgulho nacional. Vários países, dentre eles Portugal, evocavam para si, por meio de suas referências arquitetônicas, parte da força que impérios como o romano desempenharam no passado, assim como a glória e a superioridade do saber que se designava aos gregos-romanos. O uso do antigo estilo clássico seria uma maneira de institucionalizar discursos a partir de uma chancela oficial de sabedoria, poder e civilidade tal qual se atribuía a povos da Antiguidade (Andrade *et al*, 2021; Shultz, 2008). Também os Estados Unidos da América buscaram para sua nova capital, Washington D. C., o estilo neoclássico, executado pelo arquiteto francês Pierre Charles L'Enfant, no final do século XVIII. O projeto do arquiteto ficou conhecido como *Worthy of the nation*, ou seja, digno da nação, e a frase “certamente

um grande e glorioso plano da cidade” seria divulgada por muitas décadas (Gutheim; Lee, 2006: 14).

No Brasil, d. João foi o responsável por trazer pintores, escultores, gravadores e arquitetos que, por ironia, como afirma Schwarcz (2008: 14), outrora haviam servido a Napoleão, justamente o responsável pela transferência da corte portuguesa para os trópicos. Em uma sociedade basicamente iletrada, usar o visual seria significativo para a corte produzir uma nova e oficial representação a seu respeito. Consolidada a presença de artistas e arquitetos franceses em terras brasileiras desde 1816, a influência neoclássica na arquitetura, tão recorrente em grandes construções europeias, foi adotada como política de civilidade para a colônia. Em contrapartida, havia também certo repúdio por parte de tradicionalistas lusitanos à ideia de um neoclassicismo francês influenciar o Brasil, visto que mesmo precário, era o estilo arquitetônico de estética lusitana que prevalecia no local. Com estas duas concepções, acabam por predominar na capital carioca, após 1808, dois estilos, o lusitano e o neoclássico de ascendência francesa (Hoirisch; Ribeiro, 2010).

No contexto da missão artística francesa que trouxe para o Brasil mestres reconhecidos em diversas áreas das artes e a qual se deve o plantel inicial da Academia Imperial de Belas Artes, se destaca um indivíduo que mudaria a arquitetura no Brasil - Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny. Segundo Schwarcz (2008: 311):

O arquiteto inaugurou a fase neoclássica da arquitetura brasileira e foi o primeiro urbanista da corte, preocupando-se com a higiene dos edifícios e com a construção de praças, parques e vias públicas. Assim, depois dos templos, arcos do triunfo e demais cenários para engrandecer as festas de coroação do rei e, em seguida, do imperador Pedro I, Grandjean projetou uma série de edifícios do governo e da elite local.

Conhecido na Europa e vencedor de prêmios de arquitetura, Montigny ficou incumbido pelo ensino de arquitetura no prédio projetado por ele que viria a ser a sede da Escola Real de Ciências Artes e Ofícios. Ao finalizar a construção do edifício, em 1826, já após a independência, o edifício passa a sediar a Academia Imperial de Belas Artes.

O apelo de d. João em transformar o Rio de Janeiro na primeira e única capital da América a sediar o centro de poder de um reino, denominado, em 1815, como Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, foi tão forte que construções emblemáticas foram erigidas, tanto em forma de monumentos efêmeros, de caráter temporário, utilizadas habitualmente para a realização de festas, desfiles e solenidades, como a de sua coroação como monarca em 13 de maio de 1818.

No largo do Paço foram erguidos, pelo arquiteto Montigny, três monumentos neoclássicos que evocavam a Antiguidade. O primeiro deles era um templo grego, dedicado a Minerva e ao rei que continha 17 metros e 60 centímetros de altura e 63 metros e 80 centímetros de fachada. Templo de arquitetura dórica, com doze colunas estriadas em cujo centro postou-se uma estátua colossal de Minerva e debaixo de sua égide o busto do rei d. João VI, em um pedestal.

De um lado do largo construiu-se um imenso arco do triunfo com 13 metros e 20 centímetros de altura e 15 metros e 40 centímetros de largura. Outra vez foram colocadas colunas, estátuas e alegorias de todos os tipos. No centro da praça instalou-se um obelisco de estilo egípcio (Schwarcz, 2008: 219-220; Hoirisch; Ribeiro, 2010: 262). “A civilização surgia disposta num teatro, nesses cenários – egípcios, romanos e gregos – como se a tradição alcançasse finalmente os trópicos” (Schwarcz, 2008: 221). A imagem um, abaixo, é uma tela do pintor francês Thomas-Marie Hippolyte Taunay, em homenagem à aclamação do senhor d. João VI, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, apresentada em Schwarcz (2008: 220).

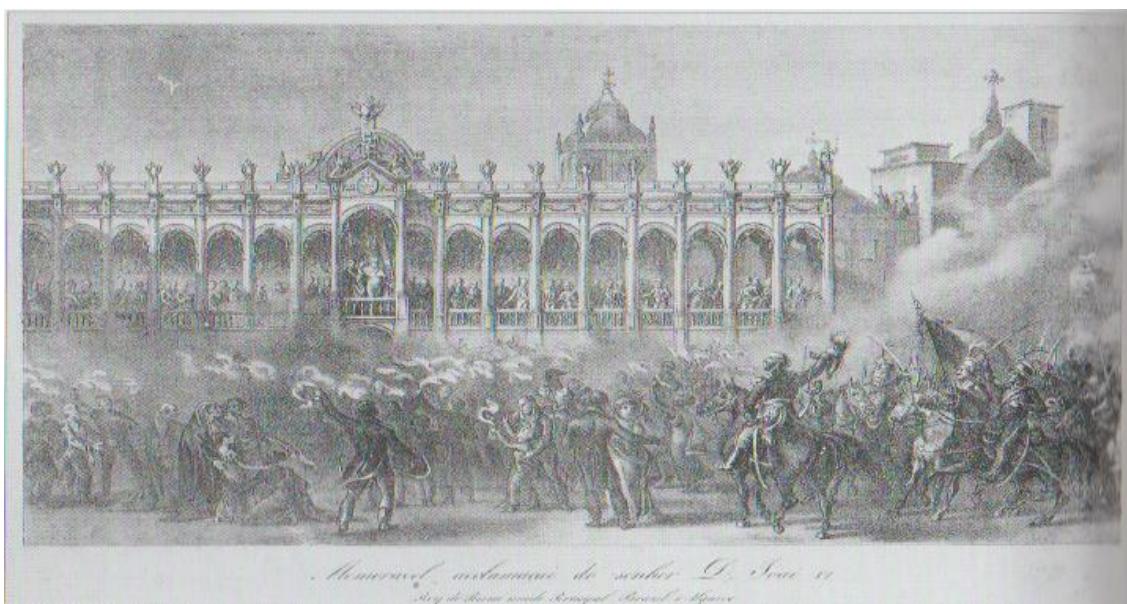


Figura 01: Memorável aclamação do senhor d. João VI, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, s/d.

Após a independência, a formação da nova Nação deveria caracterizar o novo país, alicerçado em uma combinação de normas como língua, etnia, território, traços culturais e história em comum (Hobsbawm, 1990: 15). Poucos desses critérios eram aplicáveis para o Brasil. Havia no território uma massa heterogênea das mais distintas origens étnicas; grande parte da população era de procedência africana, por nascimento ou descendência,

portanto, escravos ou negros forros; havia também indígenas, mestiços, brancos pobres nascidos no Brasil, em Portugal e de outras paragens (Silva, 2009; Alvin, 1998; Schwarcz, 1998). Estes formavam a base populacional do novo país.

A situação era dramática a ponto de o francês Saint-Hilaire (1974: 74), que registrou em suas telas traços das diferenças étnicas e culturais em viagens realizadas entre 1816 e 1822, declarar sua visão sobre a monarquia sul americana: “Havia um país chamado Brasil, mas que absolutamente não havia brasileiros”. É certo o necessário cuidado ao considerarmos tal afirmação, fruto de seu olhar europeu, particularmente influenciado pelos valores da corte francesa. Ademais, os conceitos de formação da nacionalidade e o ato de assumir-se como parte de um determinado povo é uma situação bastante complexa e histórica. Por isso não há que se desprezar a fala do autor. O Brasil era um país com situação ímpar no momento, já que a maioria de sua população, responsável pela formação de características culturais próprias, desenvolvidas a partir de um hibridismo étnico e cultural, estava descolada do conceito que se queria cunhar, que era o mais próximo do que se considerava desenvolvido: o padrão europeu.

Outro aspecto era a existência de grupos reduzidos de pessoas, unidas por aspectos econômicos, políticos e ideológicos, que formavam as elites regionais, cujos interesses variavam e divergiam-se de uma província a outra neste país de dimensões continentais (Carvalho, 2007). Mas havia o desejo de formar um Estado nacional centrado na “unidade cultural”, intolerante quanto à sua diversidade (Funari, 1997: 90), e a heterogeneidade demandava que o império assegurasse algum tom de unidade. Neste Estado que se idealiza forte e coeso, centralizado na figura de um monarca de linhagem nobre, legitimado não só por sua ascendência, mas também pela igreja e pelas elites cafeeiras do Sudeste, é que se solidifica a unidade territorial e política, diferente da fragmentação que ocorria na América espanhola. Estado com um projeto civilizatório que se desejava único para o país, para o qual a arte imperial, dentre ela a arquitetura neoclássica, serviria de sustentáculo.

Embora fosse esse o desejo imperial, a sucessão de movimentos ocorridos em profusos lugares do Brasil evidencia os questionamentos à ordem estabelecida e ao seu anseio de país e cidadania (Guimarães, 1988)³. Assim

³ Como exemplos destes movimentos pode-se citar, dentre diversos outros, a Confederação do Equador - revolta separatista, Nordeste (1823-1824); a Noite das Garrafadas- insurreição popular e confronto entre brasileiros e portugueses, Rio de Janeiro (abril de 1831); a Cabanada - insurreição popular, Pernambuco e Alagoas (1832-1835); a Revolta de Carrancas - insurreição escrava, Minas Gerais 1833); a Cabanagem -

considerado, destaca-se que, de modo geral, a produção artística foi usada no sentido de criar símbolos e imagens capazes de dar forma à identidade nacional e de representar a grandeza do Império até a sua queda, em 1889, mas que a polifonia de interesses não deixou de existir e de conflitar com o vigente, mesmo em telas expostas na Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro. Portanto, o projeto posto em ação não correspondeu aos anseios do “povo brasileiro” e de sua história e tradições partilhadas, mas é seguro que os estilos artísticos e arquitetônicos produzidos foram significativos, de alguma forma, para uma parcela da sociedade que os idealizou, valorizou e consumiu (Cardoso, 2007).

O frontão triangular encimando nas fachadas, as colunatas de inspiração grega e com capitel, as rotundas coroando os tetos e as linhas simétricas e equilibradas passaram a fazer parte das construções oficiais do novo país, em especial no Rio de Janeiro, sua capital. Era o estilo neoclássico, presente nos palácios, hospitais, escolas e residências que passava, então, a dividir espaço com a tradição colonial, entrelaçado no desejo de modernização e na necessidade de construção de um imaginário da nova nação (Ribeiro, 2005: 144). Segundo Souza (2012: 40), o Neoclássico foi considerado “a arte iluminista por excelência. Ao acompanhar a revolução científica e filosófica dos séculos XVIII e XIX, revalorizou o estudo da natureza e da racionalidade dos antigos como fonte de inspiração, contrariando os estilos anteriores”.

É nesta complexa tessitura étnico-social que se define o desafio de transformar o Brasil em um país legítimo e civilizado. Nos caminhos particulares trilhados pela modernidade brasileira, diferente daqueles percorridos pela Europa nos quais as formas fizeram da cidade um módulo de desenvolvimento da nação, no Brasil, a modernidade foi pensada no geral – a nação – para o particular – a cidade – em especial o Rio de Janeiro, como espaço constituinte e revelador dos elementos da nação. Para isso, o governo imperial programou uma série de ações para o estabelecimento de elementos que validassem a nação brasileira como legítima (Hoirisch; Salgado; Ribeiro, 2010: 09). Uma das medidas para alcançar o pretenso objetivo foi o Estado assumir-se como integrador do heterogêneo país e as tentativas foram incisivas durante o Primeiro Reinado (1822 a 1831) e a

insurreição popular, Pará (1835-1840); a Revolta dos Malês - insurreição de escravos, Bahia (1835); a Revolução Farroupilha - revolta separatista e republicana, Rio Grande do Sul (1835-1845); a Sabinada - insurreição popular, Bahia (7 de novembro de 1837-1838); a Balaiada - insurreição popular, Maranhão (1838-1841); a Insurreição Praieira - revolta liberal e republicana, Pernambuco (1848-1850); a Revolta do Quebra-Quilos - insurreição popular, Nordeste (1874-1875); a Guerra das Mulheres - insurreição popular, Nordeste (1875-1876) e as Revoltas do Vintém - insurreição popular, Rio de Janeiro (1880) e em Curitiba (1883).

Regência (1831 a 1840)⁴. A arquitetura neoclássica foi um dos caminhos definidos para a construção de uma identidade brasileira e, como consequência, para o fortalecimento do próprio país e de sua monarquia, como enfatizado acima, e sobre a qual esta análise se deterá.

A arquitetura neoclássica acabou por se tornar oficial no Estado brasileiro. A valorização da arte antiga, do espírito heroico e dos padrões decorativos greco-romanos tornaram-se elementos comuns nos edifícios públicos. Dentre eles, merece destaque a sede da Academia Imperial de belas Artes, de 1826.

O projeto de construção da Academia Imperial de Belas Artes nada teve de aleatório. O edifício planejado e erigido em estilo neoclássico seria a materialização de uma instituição que abrigaria os estudos das formas e das artes plásticas. Sua construção começou quando o Rio de Janeiro ainda era a capital provisória do império português e foi concluída quando esta já era a capital do império brasileiro. Neste projeto, com os detalhes do neoclássico, mostrado na imagem dois, observa-se a ideia mestra do edifício marcada por suas linhas clássicas, claras e simples, em oposição às formas do Barroco e do Rococó. Apenas alguns elementos construtivos incluíam toques românicos, como arcos ou colunas, a simetria e as linhas retas substituíam as curvas irregulares. Cornijas e platibandas eram exploradas na fachada e em sua entrada colunatas e frontões de pedra aparente formavam um conjunto que atendia às normas vitruvianas, com as suas linhas severas e retas (Imbroisi; Martins, 2021).

⁴ Período em que o Brasil foi governado por regentes devido a pouca idade de Pedro de Alcântara, filho de d. Pedro I, sucessor ao trono, assumir como Pedro II. Mais detalhes conferir em Basile, 2018.

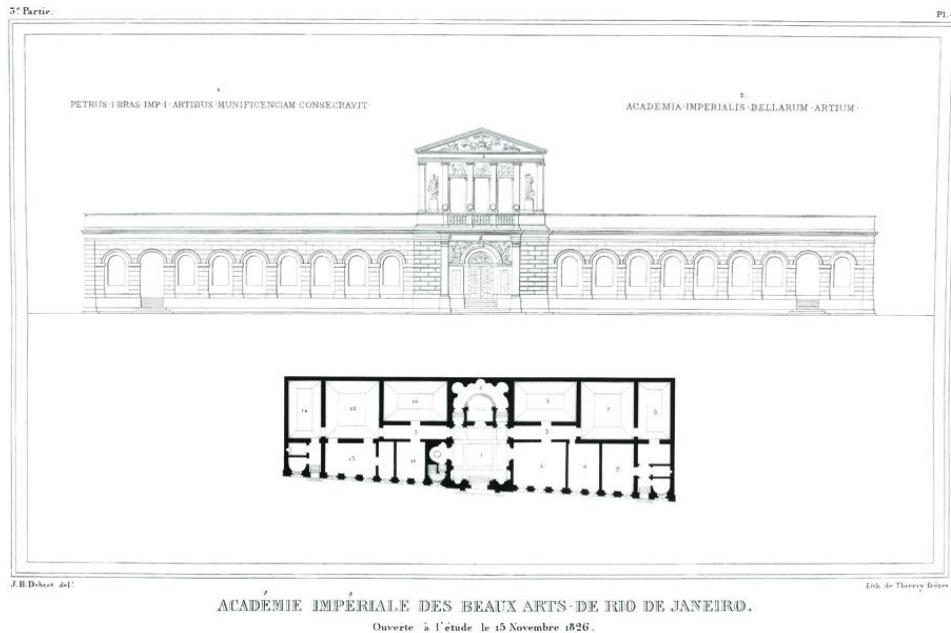


Figura 02: Projeto da Academia Imperial de Belas Artes, in: <https://www.emaze.com/@AWOFLLT/missoartsticafrancesa-compat.pptx>.

A fachada do edifício foi preservada e em dias atuais serve como pórtico do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, cuja origem remonta à época da transferência da corte ao Brasil. Compõe uma das mais bem preservadas áreas verdes da cidade e é um exemplo da diversidade da flora brasileira e estrangeira.

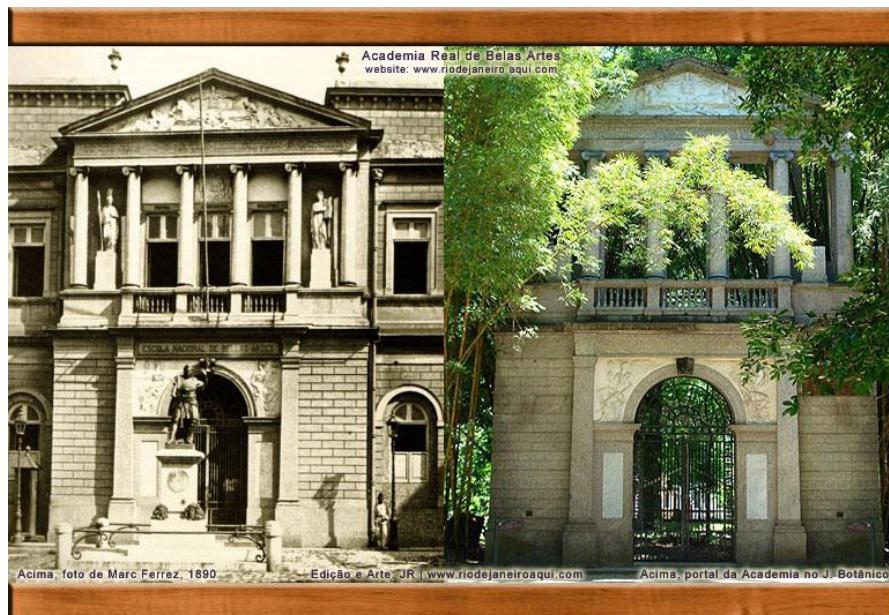


Figura 03: Imperial Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro. Fotografia de Marc Ferrez, de 1891 e atual, in: <https://arquiteturadobrasil.wordpress.com/arquitetura-neoclassica-no-brasil/>.

Entretanto, foi durante o Segundo Reinado, a partir da ascensão de Dom Pedro II ao trono, em 1840, que a formação de um conceito de nacionalidade brasileira torna-se mais acentuado. No reinado de Pedro de Alcântara houve o intenso esforço em constituir um estado nacional e seu conceito de cidadania se estabeleceu no Brasil (Carvalho, 2007; Franz, 2007). Essa opção definitiva pelo neoclassicismo proveniente da França, principalmente a partir deste período, acaba por desnudar o desejo de internacionalizar e civilizar a cultura vigente, indo na posição contrária da realidade lusitana que tinha um caráter local e regionalista (Rocha-Peixoto, 2000).

Para realizar tal tarefa, um dos notáveis dentre os arquitetos desse período foi Manuel de Araújo Porto-Alegre, estudante da academia imperial e posteriormente responsável pela unificação do estilo arquitetônico do Palácio da Quinta da Boa Vista, no qual o paço deixou de ter uma fachada com elementos díspares e ganhou uma frontaria uniforme e de caráter neoclássico, como observado na imagem abaixo.



Figura 04: Palácio Imperial da Quinta da Boa Vista, in: <http://www.riototal.com.br/riolindo/tur018.htm>.

Seguindo os passos de seu mestre francês, Porto-Alegre projetou obras efêmeras para a coroação do imperador Pedro II, além da antiga sede do Banco do Brasil e alfândega do Rio de Janeiro, que foram demolidas há cerca de um século. Destacam-se, também, José Maria Jacintho Rebello e Joaquim Cândido Guillobel, engenheiros e alunos de Montigny na academia imperial. Os dois participaram da construção de dois grandes exemplares de arquitetura que evocam as linhas clássicas no período do Segundo Reinado, sendo a reforma e ampliação da Santa Casa da

Misericórdia entre 1840 e 1852 – ainda em funcionamento e com elementos do período presentes na fachada – e também o Hospício Pedro II, construído entre 1842 e 1852 para abrigar a primeira instituição de saúde psiquiátrica no Brasil. Atualmente é sede da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e conserva grande parte dos elementos neoclássicos de sua fachada original (Hoirisch; Ribeiro, 2010). As obras destacadas fazem parte de um processo de transformação urbana que a cidade passava como parte do projeto de modernidade e civilidade da coroa. Duas grandes construções que abrigariam órgãos de saúde pública sinalizavam que o Brasil estava em consonância com a tendência arquitetônica oficial de Estados poderosos como a França.

Ressalta-se, também, que os projetos não possuem apenas características neoclássicas do ponto de vista estético, mas há elementos funcionais como os pátios internos presentes em ambas as construções e tão comuns na Antiguidade. Na imagem abaixo, pode-se ver a fachada neoclássica e os pátios internos do antigo asilo construído sob o patrocínio de Pedro II, conhecido como Hospício Pedro II, construído entre 1842 e 1852. José Clemente Pereira, ex-titular da pasta do Império e provedor da Santa Casa de Misericórdia, foi o autor do projeto de construção deste asilo (Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil).



Figura 05: Prédio do antigo hospício Pedro II (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), in: <http://www.panoramio.com/photo/62514249>.

Individualmente, Rebello coordenou a reforma que transformou o palacete do comerciante José Machado de Melo no Palácio Isabel, um paço em estilo neoclássico que foi residência oficial da princesa Dona Isabel e de sua família até 1889, quando confiscado pelo Estado no ato da Proclamação da República. Já Guillobel se responsabilizou pela construção do Palácio Imperial de Petrópolis, uma das mais importantes construções imperiais

do Brasil, residência de verão do imperador D. Pedro II, e um dos principais expoentes de construção de inspiração clássica no país. Em dias atuais, o Paço Isabel é sede do governo do Estado do Rio de Janeiro e possui características ecléticas na fachada. Já o Palácio de Petrópolis abriga o Museu Imperial e ostenta ainda muito de suas características originais.



Figura 06: Palácio da Guanabara – Sede do governo do Estado do Rio de Janeiro. Antigo Paço Isabel, in: <https://diariodorio.com/historia-do-palacio-guanabara/>.



Figura 07: Museu Imperial está instalado no antigo Palácio de Verão do imperador brasileiro D. Pedro II, Petrópolis/RJ, in: <https://www.petropolis.rj.gov.br/fct/index.php/petropolis/historia>.

Destaca-se, ainda, a importância das escavações arqueológicas para a formulação do conceito neoclássico, em particular das descobertas das cidades de Herculano, em 1738, e de Pompéia, em 1748. No jogo político de articulação entre os reinos, Teresa Cristina Bourbon-Duas Sicílias (1822-1889), princesa do então Reino das Duas Sicílias, sediado em Nápoles, torna-se esposa de D. Pedro II e imperatriz do Brasil. Em sua juventude, a

princesa, que era entusiasta da arqueologia, participou de diversas escavações em terras de sua família, dentre as quais em localidades próximas a Pompéia e Herculano. Financiadas por Teresa Cristina, as pesquisas no solo foram feitas entre 1853 e 1889. A primeira parte do material foi trazido ao se casar. Ela chegou a terras brasileiras em 1843, para o encontro com o marido, e esse conjunto inicial fez parte de seu dote. Outro lote da coleção veio 12 anos depois a mando do irmão de Teresa, Ferdinando II, rei das Duas Sicílias. Ele atendeu a um pedido da irmã, que queria robustecer o Museu Nacional, fundado em 1818 como Museu Real por D. João VI, avô de D. Pedro II, no centro do Rio (Pennafort, 2016).

O museu, destruído por um incêndio em 2018⁵, guardava cerca 759 peças em sua Coleção Teresa Cristina; parte constituía sua exposição permanente. A nobre conseguiu reunir uma considerável coleção de achados, em especial artefatos oriundos do período de dominação do Império Romano. Também faziam parte da coleção peças encontradas em escavações de antigas colônias gregas no sul da Itália e nas proximidades da cidade de Roma, como vasos, estatuetas, amuletos, panelas, objetos de uso pessoal como caixas de joias, pulseiras e anéis, amuletos fálicos, dentre outros. As mais antigas datam do século 7 a.C.

Em 2005 o “Museu Nacional” realizou a exposição Afrescos de Pompéia. A beleza revelada, apresentando numerosas peças de antiguidades pompeianas e etruscas, restauradas por iniciativa da União Latina. A partir de então, o público pode desfrutar parte significativa do notável patrimônio arqueológico chegado ao Brasil graças a Teresa Cristina. Tal coleção, contando com mais de 700 itens, é a maior do gênero na América Latina (Avella, 2010: 02).

Não se pode atribuir o interesse da imperatriz por arqueologia como quesito do projeto de formação do estado brasileiro, pois seu gosto é anterior ao seu contato com o Brasil. Porém, é inevitável relacionar seu patrocínio ao processo de robustecimento da produção de conhecimento no país. Ao trazer para cá tais artefatos, a imperatriz elevou a nação ao seleto grupo de pesquisa e prospecção de objetos referentes à Antiguidade, formado no período por países como França, Inglaterra e Itália, aproximando o Brasil ainda mais do ideal almejado.

⁵ O Museu Nacional do Brasil é sediado, desde 1892, na antiga residência oficial da família imperial brasileira, o Palácio da Quinta da Boa Vista. No dia 02 de setembro de 2018 a sede da instituição ruiu devido a um incêndio, que mais tarde foi comprovado ter sido acidental por conta das más condições de conservação do prédio. Até 2023, parte do acervo foi recuperado, inclusive com cooperação internacional. Conferir mais detalhes em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-06-aos-205-anos-museu-nacional-busca-preservar-missao-educativa> e <https://harpia.mn.ufrj.br/afresco-restaurado/>

Vê-se, desta maneira, que a grandiosidade, inscrita nas alegorias do passado, era a busca por perpetuar a nação e passar a certeza de uma Europa possível em terras americanas (Schwarcz, 2008: 226). Um modo de construir uma identidade, mesmo que frágil e ilusória para a maioria dos brasileiros.

Referências

- ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *República: da Belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ANDRADE, Hélio G. S.; FEITOSA, Lourdes M. G. C.; FUNARI, Pedro P. A. A tradução de Ovídio, o poeta do amor, no Império do Brasil: o “erótico”, a moral e a educação no século XIX. *Em Tese*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 208-220, maio/ago. 2021. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/18847/1125614283>>. Acesso em: 14 ago. 2023.
- ANGELO, Leonardo B. Projetos e perspectivas na construção da nação brasileira (1822-1840). *SÆculum, Revista de História*, João Pessoa, v. 33, p. 31-47, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/27713>>. Acesso em: 14 ago. 2023.
- AVELLA, Aniello A. Teresa Cristina Maria de Bourbon, uma imperatriz silenciada. In: *Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade*, 20, 01-14. Franca: Unesp, 2010.
- BASILE, Marcello O. N. C. Regência e imprensa: percursos historiográficos. *Almanack*, Guarulhos, n. 20, p. 1-9, dez. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/alm/n20/2236-4633-alm-20-1.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2023.
- CARDOSO, Rafael. Ressuscitando um Velho Cavalo de Batalha: Novas Dimensões da Pintura Histórica do Segundo Reinado. *19&20*, Rio de Janeiro, v. II, n. 3, jul. 2007. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/criticas/rc_batalha.htm>. Acesso em: 14 ago. 2023.
- CARVALHO, José M. de. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DICIONÁRIO Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) - Hospício de Pedro II. Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Disponível em:

<<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/hospedro.htm>>. Acesso em 14 ago. 2023.

ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras, Neoclassicismo. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://encyclopedia.itaucultural.org.br/termo361/neoclassicismo>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

FRANZ, Teresinha S. Victor Meirelles e a Construção da Identidade Brasileira. 19&20, Rio de Janeiro, v. II, n. 3, jul. 2007. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/obras/vm_missa.htm>. Acesso em: 14 ago. 2023.

FUNARI, Pedro P. A. Cidadania, erudição e pesquisas sobre a Antiguidade clássica no Brasil. *Boletim do CPA*, Campinas, n. 3, p. 83-97, jan./jun. 1997.

GUIMARÃES, Manoel L. S. Nação e civilização nos trópicos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

GUTHEIM, Frederick; LEE, Antoinette J. *Worthy of the Nation: Washington, DC, from L'Enfant to the National Capital Planning Commission*. Baltimore: Jhons Hopkins University Press, 2006.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOIRISCH, Marisa; RIBEIRO, Rosina T. M. Academia Imperial de Belas Artes: sua criação e seus arquitetos. *Cadernos de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*, n. 10, v. 1, p. 252-271, 2010.

HOIRISCH, Marisa; SALGADO, Mônica S.; RIBEIRO, Rosina T. M. Influência das Tecnologias Construtivas nas decisões de Projeto: uma análise da arquitetura neoclássica no Rio de Janeiro. In: *Anais do Simpósio Brasileiro de qualidade do projeto no ambiente construído*, 09, 68. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

IMBROISI, Margaret; MARTINS, Simone. Neoclássico. *História das Artes*, 2024. Disponível em: <<https://www.historiad das artes.com/nomundo/arte-seculo18/neoclassico/>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

PENNAFORT, Roberta. Imperatriz arqueóloga é revelada em exposição. *Estadão*, 30 jun. 2016. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/artes,imperatriz-arqueologa-e-revelada-em-exposicao,10000023937>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

RIBEIRO, Gladys S. O Tratado de 1825 e a construção de uma determinada identidade nacional: os sequestros de bens e a Comissão Mista Brasil - Portugal. In: CARVALHO, José M. (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. Introdução ao neoclassicismo na arquitetura do Rio de Janeiro. In: CZAJKOWSKI, J. (org.). *Guia da Arquitetura Colonial, neoclássica e romântica no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

SAINT-HILAIRE, Augusto. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia; EDUSP, 1974.

SCHULTZ, Kirsten. Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821. *Tempo*, n. 12, v. 24, p. 05-27, 2008. <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167013399002>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SCHWARCS, Lilia M. *As Barbas do Imperador*: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SHWARCZ, Lilia M. *O sol do Brasil*: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SHWARCZ, Lilia M. Romantismo Tropical: a estetização da política e da cidadania numa instituição imperial brasileira. *Latin America Literary Review*, n. 50, v. 25, p. 47-68, jul./dec. 1997. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/20119753>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SILVA, Kalina V. A Plebe do Açúcar: a população livre na retomada da jurisdição portuguesa na capitania de Pernambuco (séc. XVII-XVIII), *História*, São Paulo, n. 28, v. 1, p. 215-241, 2009.

SOUZA, Antonio G. A. *Arquitetura neoclássica e cotidiano social do Centro Histórico de Fortaleza: da Belle Époque ao ocaso do início do século XXI*. Tese (Doutorado em Artes) – Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, p. 376. 2012. Disponível em:

<<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/JSSS-8Z8P5V>>. Acesso em:
14 ago. 2023.